

TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Fabiola Graciele Besen*

Clério Plein**

Marcos Andrade***

Valdir Serafim Jr****

Resumo

Este artigo busca apresentar uma reflexão sobre desenvolvimento, território e sustentabilidade a partir das contribuições de Karl Polanyi (1886-1964) e de um conjunto de autores que tratam das temáticas abordadas quais sejam: Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2002), Territorialidade (HAESBAERT, 2008 e SAQUET, 2009, na busca por um desenvolvimento territorial sustentável. A abordagem metodológica desse artigo é uma discussão teórica sobre a teoria de Karl Polanyi, resgatando a contribuição desse autor e de autores contemporâneos que tratam de territorialidade, desenvolvimento e sustentabilidade para o entendimento de um desenvolvimento territorial sustentável. Pode-se concluir que as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável não se consolidar quando ocorrerem as mudanças das estruturas econômicas e políticas, na busca de uma nova ordem social. Por isso, a necessidade da construção de instituições democráticas que tenham papel atuante na sociedade, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, os atores do desenvolvimento (uma outra racionalidade dos indivíduos).

Palavras-chave: território, desenvolvimento, Karl Polanyi, sustentabilidade.

* Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unioeste. Professora Assistente do Curso de Ciências Contábeis da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: fabiolagracielebesen@gmail.com.

** Doutorado: Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS – 2012 – Professor Adjunto Curso Serviço Social - Unioeste – Campus de Francisco Beltrão. E-mail: clerioplein@gmail.com

*** Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Professor Assistente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: Marcos.consultor@hotmail.com

**** Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Professor Assistente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: jr_valdir@hotmail.com

Introdução

A sustentabilidade consiste num desafio presente em todos os campos de atuação humana, exigindo uma redefinição de conceitos e dos modelos de produção que visam apenas o retorno econômico (GLIESSMAN, 2005). A crise ambiental tem contribuído para questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos, que, impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico ainda vigente. A sustentabilidade ecológica surge como um instrumento que busca remodelar os conceitos voltados apenas ao retorno econômico, de forma a garantir as condições necessárias à sobrevivência humana (LEFF, 2002).

Durante muito tempo, segundo Rodrigues e Santos (2017), pensar o desenvolvimento era pensar na expansão das formas capitalistas de produção e as suas consequências em termos do progresso técnico e de acumulação de riquezas. A industrialização, segundo Polanyi (2000, p. 60) transformou a sociedade em uma economia de mercado e “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência”.

“No alvorecer da Era Moderna as diferenciações que a sociedade estabeleceu entre o mercado e Estado, a filosofia e a ciência, tiveram consequências intelectuais e materiais definitivas na organização social” (REIS, 1999, p.9).

Entende-se que a mercantilização se faz presente em todas as instâncias da vida, mas, atualmente, o olhar puramente econômico já não justifica, pois segundo Polanyi (2012), o desenvolvimento não é monolítico, mas multifacetado e, inclusive abandona a primazia do econômico em detrimento ao social, e reconhece que existem outros sistemas econômicos que não obedecem apenas ao mercado.

Desta forma, pensar no desenvolvimento a partir de uma concepção plural, onde o desenvolvimento econômico deve ser compreendido a partir da cultura e das instituições consiste numa abordagem contida na teoria apresentada por Polanyi (2012).

Hodgson (1999) afirma que não se pode pensar os sistemas socioeconômicos como engrenagens perfeitas, que não podem ser alteradas pelos atores sociais, pois a existência do alto número de economias capitalistas nacionais com instituições e organizações sociais demonstram tal afirmação.

Outro aspecto a ser abordado refere-se ao desenvolvimento territorial. “O desenvolvimento econômico, por muito tempo, foi pensado apenas como resultado de estratégia nacional, tendo como palavras-chaves: progresso material, modernização tecnológica e industrialização” (RODRIGUES e SANTOS, 2017). A partir da década de 80, a expressão

“territorial “começou a ganhar destaque e o desenvolvimento passou a ser visto também como resultado de experiências regionais e locais. Cultura, empreendedorismo, cooperação, participação e potencialidade passaram a compor as pautas das discussões sobre políticas de desenvolvimento (RODRIGUES e SANTOS, 2017).

Pensar sobre desenvolvimento econômico e territorial deve vir atrelado a sustentabilidade. Para Sachs (1986, p.18) o desenvolvimento sustentável “tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas”, quer dizer, promover um processo de desenvolvimento com soluções específicas para cada território, considerando os aspectos culturais e ecológicos.

Neste cenário, este artigo busca apresentar uma reflexão sobre desenvolvimento, território e sustentabilidade a partir das contribuições de Karl Polanyi (1886-1964) e de um conjunto de autores que tratam das temáticas abordadas quais sejam: Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2002), Territorialidade (HAESBAERT, 2008 e SAQUET, 2009) na busca por um desenvolvimento territorial sustentável.

O texto está estruturado em cinco seções: a primeira parte, Introdução apresenta um breve histórico e o objetivo do artigo. Na segunda seção, apresenta-se a metodologia de pesquisa. Na terceira seção busca-se apresentar os conceitos e ideias dos autores Karl Polanyi (1886-1964), Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2002), Territorialidade (HAESBAERT, 2008 e SAQUET, 2009). Na quarta seção, ocorre a discussão acerca dos conceitos apresentados e das contribuições dos autores para explicar alguns processos relacionados ao desenvolvimento, território e sustentabilidade. A quinta seção traz as considerações finais e as referências bibliográficas.

Materiais e Métodos

A abordagem metodológica desse artigo é uma discussão teórica sobre a teoria de Karl Polanyi, resgatando a contribuição desse autor e de autores contemporâneos que tratam de territorialidade, desenvolvimento e sustentabilidade para o entendimento de um desenvolvimento territorial sustentável.

A pesquisa se classifica como bibliográfica, quanto a tipologia, pois interpreta e discute um tema com fundamento em referências teóricas. Primeiramente, identificou-se os autores para construção do referencial teórico e discussões sobre os temas. Em seguida, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo, para identificar informações a respeito dos temas selecionados a partir de cada autor. O presente estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa, em que os resultados não são tratados de forma numérica ou estatística.

Teoria de Karl Polanyi

O húngaro Karl Polanyi (1886-1964) foi um cientista social e um dos maiores críticos a teoria econômica ortodoxa e ao liberalismo econômico, desde quando o capitalismo se instalou, na Inglaterra, no século XVIII.¹ A principal obra de Polanyi, *A Grande Transformação*, foi publicada em 1944, e oferece uma poderosa análise institucional da “utopia liberal” do século XIX (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).

O sistema econômico do século XIX tem como principal característica sua separação institucional do resto da sociedade. Em uma economia de mercado, a produção e distribuição dos bens materiais são efetuadas por um sistema de leis de oferta e demanda, e esse sistema de mercado transformou tudo em mercadoria, alterando as relações do homem em sociedade e com o meio ambiente, tornando o homem um ser subordinado ao mercado, e a busca por mais lucro passou a produzir as desigualdades e os prejuízos e desastres ambientais (POLANYI, 2012).

A ascensão do mercado na sociedade ocidental, transformou o conceito de economia em uma racionalidade instrumental, em que os meios (instrumentos) formam o princípio organizador da sociedade para alcance dos fins econômicos. (FERNANDES, 2008). Assim, o próprio conceito de economia passou a ser sinônimo de sistema de mercado (NASCIMENTO e DENARDIN, 2015).

Antes do capitalismo, a economia era um meio de subsistência para satisfazer as necessidades humanas. Nas sociedades mercantis, como o objetivo é o lucro [...] “essa estrutura representou uma ruptura violenta com as condições que a precederam. O que antes era apenas uma ligeira expansão de mercados isolados, transmutou-se num sistema autorregulado de mercado” (POLANYI, 2012, p. 53)

Polanyi (2012), afirma que identificar e esclarecer o significado do conceito de economia, é necessário para desfazer a falácia economicista que identifica a economia humana com sua forma de mercado. A economia deve ser reconhecida como uma atividade social que não se limita a maximização da utilidade.

O primeiro significado, que ele chama de formal, “deriva do caráter lógico da relação entre meios e fins”, e se refere à escolha racional dos recursos escassos em busca da maximização do lucro. “Busca obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe”. O segundo significado, o substantivo, “deriva da dependência em que se encontra o homem em relação à natureza e a seus semelhantes para conseguir seu sustento”, e se refere a interação do meio social e natural, através do qual os seres humanos conseguem satisfazer suas necessidades materiais, através dos meios disponíveis (POLANYI, 2012).²

1 Karl Polanyi (Áustria, 1886 – Canadá, 1964) pode ser considerado um dos grandes pensadores do século XX, mas é um autor ainda pouco conhecido no Brasil, não obstante o crescimento considerável do interesse pela sua obra. Pode-se dizer que, talvez, o período mais importante da vida acadêmica de Polanyi tenha se passado nos Estados Unidos e no Canadá, enquanto trabalhou na Universidade de Columbia. O que, todavia, não desautoriza afirmar que ele seja um dos mais importantes autores ligados a tradição institucionalista europeia. Mas também é verdade que seu pensamento converge sobremaneira com o institucionalismo norte-americano, cuja referência principal é Thorstein B. Veblen (SCHNEIDER e ESCHER, 2011 *apud* MACHADO 2009). Sua mais importante obra “A Grande Transformação” publicada em 1944, foi eleita pelo Jornal folha de São Paulo, como um dos 100 mais importantes livros do século XX (KISCHENER *et al*, 2015).

2 O que acontece, segundo Polanyi (1976, 1977b), é que a economia convencional funde a noção de subsistência com a de escassez, incorrendo num equívoco metodológico. Pois, tal fusão só é possível em um caso específico e aistórico – o sistema teórico de “oferta-demanda-preços-equilíbrio”. Mas, como a atividade econômica não se reduz ao caso formal da teoria neoclássica, apenas o significado substantivo da economia pode proporcionar às ciências sociais os conceitos adequados ao estudo de “todas as economias que existiram e existem”, na medida em que se fundamenta nos fatos sociais e naturais empíricos, concretos, e não em abstrações, lógicas, mas destituídas de fundamento e de conteúdo histórico (SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p. 190)

A fusão do significado formal e substantivo é idônea, desde que permaneça a consciência de que existem limitações dos conceitos assim constituídos (POLANYI, 2012).

O significado formal não pode substituir o substantivo. Econômico no sentido de economizar ou conseguir algo a baixo preço, refere-se à escolha entre usos alternativos de meios insuficientes. O significado substantivo, por outro lado, não implica nem escolha nem suficiência (POLANYI, 2012b, p.72).

O processo econômico, para Polanyi (2012), se dá em dois níveis: o da atividade interativa entre os seres humanos e seu entorno; e o da institucionalização deste processo.

Os movimentos situacionais implicam em deslocamento espacial (transporte) ou em transformação dos elementos materiais (produção). De acordo com a utilidade que tem para o consumidor, os produtos são classificados como: de ordem superior (bens de consumo), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo direto; ou de ordem inferior (bens de produção), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo indireto, intermediário, combinando-se com outros elementos no processo produtivo. Os movimentos apropriacionais, por sua vez, implicam nas relações entre os seres humanos na aquisição, administração e dotação dos bens de produção e de consumo, através de transações, tributações, direitos legais, convenções, etc.; e dependem das formas como a força de trabalho, o conhecimento e a tecnologia são postos em movimento no processo de produção e de como o produto dessa atividade é distribuído entre os membros da sociedade. (POLANYI, 1976, p.293-294; 1977, p.31-32).

Assim, compreender os dois significados de economia é o ponto de partida para desfazer a falácia economicista, de que os motivos econômicos movem o ser humano. “O Homem não é um ser econômico, mas um ser social” (POLANYI, 2012, p. 215), já que os mesmos são capazes de trabalhar por uma grande variedade de motivações (políticas, religiosas, estéticas), e que sua economia se encontra, como regra, submersa, em suas relações sociais (POLANYI, 2012).

Nas sociedades pré-capitalistas, os sistemas econômicos, “formas de integração”, em suas palavras, foram organizadas segundo os princípios de redistribuição, reciprocidade, domesticidade e troca:

Reciprocidade e simetria: A reciprocidade é promovida pelo padrão institucional da simetria e está ligada à semelhança entre grupos; corresponde à relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores (POLANYI, 2012) e os recursos e o uso produtivo dos mesmos se dão por relações recíprocas: parentesco, amizade, cooperação (SCHNEIDER e ESCHER, 2011).

Redistribuição e centralidade: está ligada ao padrão de centralidade, em que o agente principal é representado por uma autoridade central responsável por administrar e redistribuir a produção, de forma que beneficie a todos (POLANYI, 2012).

Domesticidade: consiste na produção para consumo próprio; o princípio básico é a produção e armazenamento para satisfazer as necessidades de uma família ou determinado grupo familiar (POLANYI, 2012).

Intercâmbio e mercado: é uma relação econômica utilitarista, onde ocorre a troca de bens, a partir da oferta e demanda, para fins de interesse, utilizando o dinheiro como moeda de troca (POLANYI, 2012).

Esses princípios partiam de uma organização social, em que o lucro não ocupava um papel central, mas as motivações, como leis, religião, costumes que levavam o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, que garantiam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000). “A econômica do homem, como regra, está submersa, em suas relações sociais”, pois ele não age para salvaguardar o seu interesse individual e sim sua situação social. Seus bens são valorizados na medida em que servem a seus propósitos (POLANYI, 2000, p.75).

Polanyi (2000, p. 69) escreveu que em tais sociedades: [...] é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.

Silva, Calazans, Gonzalez e Souza (2011) estudaram uma associação no município de Currais Novos – RN, e concluíram, a partir das formas de integração propostas por Polanyi (2000), que “podem ser encontrados formas de organização social fundamentadas nos princípios levantados por Karl Polanyi, dentro de uma realidade de Economia Solidária”, mesmo sendo difícil de visualizar dentro da realidade econômica do século XXI, no “Povoado Cruz, é visível que, mesmo dentro de um contexto de economia de mercado, estes princípios são vivenciados” (SILVA, *et al*, 2011, p. 105 e 104).

A partir das considerações acima, identifica-se que o mercado sempre existiu na história humana, mas até o século XVIII, como afirma Polanyi (2012), o mesmo era enraizado nas relações sociais.

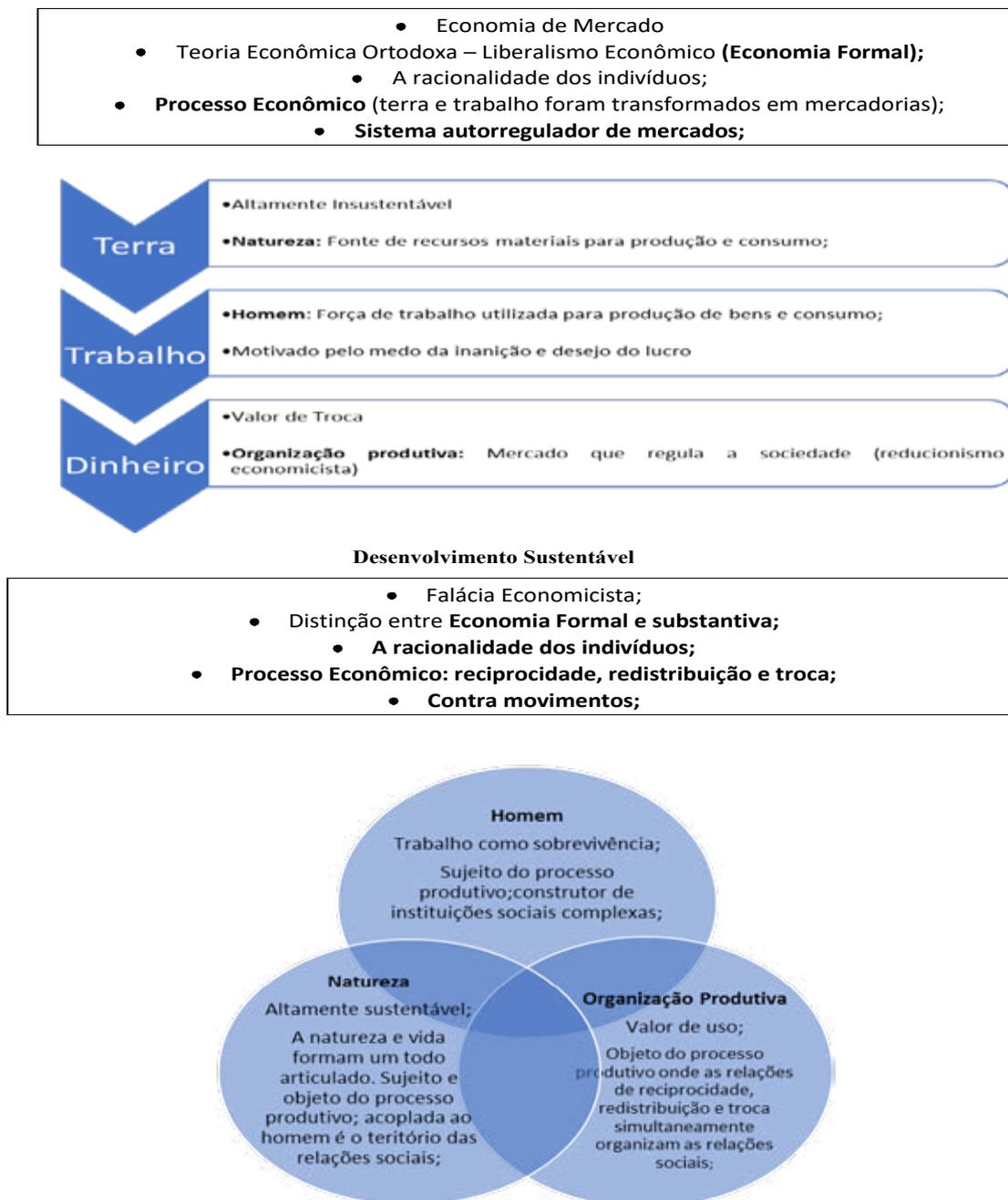
A industrialização, conforme Polanyi (2000, p. 60) transformou a sociedade antes primitiva numa sociedade de mercado, e com isso “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência”. E foi, provavelmente, este mecanismo de mercado que instaurou a primazia do econômico, ou a “ilusão de que o determinismo econômico é uma lei geral de toda a sociedade humana” (POLANYI, 2012, p. 55).

“Nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulável implica numa rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo

sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade (POLANYI, 2000, p. 23).

A figura 01 apresenta o Processo Econômico no Sistema Capitalista e Processo Econômico no Desenvolvimento Sustentável a partir de Karl Polanyi.

Figura 1 – Processo Econômico no Sistema Capitalista e Processo Econômico no Desenvolvimento Sustentável a partir de Karl Polanyi.



Fonte: NASCIMENTO e DENARDIN (2015), adaptado pelos autores.

“O trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos dos quais seconstituem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. (POLANYI, 2012, p.77). A transformação da terra e do trabalho em mercadorias, promovido pelo sistema de mercados, foi o principal fator para o desmoronamento social, já que o uso da força passou a se chamar salário e o uso da terra passou a se chamar renda (POLANYI, 2012).

Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do ‘homem’ ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança alimentar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas (POLANYI, 2000, p. 95)

Essa ilusão de mercadorias subordinou o homem e a natureza às leis do mercado, levando a uma lógica destrutiva, como apontou Polanyi (2012), na década de 40. O momento atual está demonstrando que essa sociedade de exploração não traz perspectiva para as gerações futuras. Segundo Boff (2003), até esse momento acreditava-se ser o meio ambiente uma fonte inesgotável de riquezas. Desde então, a humanidade vem debatendo cada vez mais essa problemática do meio ambiente, repensando o crescimento econômico com as formas de preservação do meio ambiente.

Conforme Abramovay (2004, p. 54) “Karl Polanyi mostrou que a ideia de ‘economia de mercado’ nem de longe contém o conjunto das atividades necessárias “à reprodução social e à sobrevivência humana”, sendo o sistema econômico dirigido por motivações não econômicas: “Os ‘motivos econômicos’ reinavam supremos, num mundo próprio, e o indivíduo foi levado a neles calcar os seus atos, sob a pena de ser esmagado pelo mercado avassalador” (POLANYI, 2012, p. 213).

Polanyi condena o determinismo econômico e afirma que o homem “não é um ser puramente econômico, e a sociedade não é uma sociedade de mercado” (POLANYI, 2012, p. 13).

Para Polanyi, (2012, p. 40), “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente”, quer dizer, o mercado não deve ser o fio condutor da sociedade, mas deve fazer parte de uma estrutura social.

Embora a economia mercantil constitua uma força de mudanças, ela não eliminou completamente outras atividades que preexistiam. Atualmente a economia mercantil é o modo de produção dominante, mas

não representa a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a economia pública, a economia doméstica e a economia de natureza social, o que falta neste contexto é o reconhecimento/fortalecimento da pluralidade, para gerar uma reestruturação social (POLANYI, 2012).

Segundo Polanyi (2000, pg. 214), o “que chamamos de terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem”, ou seja, terra e trabalho são originalmente inseparáveis, “o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado” (POLANYI, 2000, pg. 214).

Desenvolvimento Sustentável

Uma das principais questões da atualidade refere-se ao crescimento econômico associado à preservação ambiental, a ideia da necessidade de desenvolvimento sustentável.

A globalização atual é um projeto de sociedade que só visa o lucro, o crescimento econômico a qualquer preço. Essa necessidade de ter mais é que trouxe o desmatamento, a poluição, o aquecimento global, a exaustão dos recursos. A partir da década de 80, os cientistas vêm alertando para problemas como: aquecimento global, chuva ácida, desertificação e destruição da camada de ozônio.

Nesse ambiente, surgiu a Comissão de Brundtland, criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 1983 (ALMEIDA, 2002). A ideia era criar uma agenda global com o objetivo de capacitar a humanidade para que ela possa lidar com os principais problemas ambientais do planeta e promover o progresso humano sem comprometer os recursos para as futuras gerações. Foi o relatório de Brundtland que difundiu a expressão desenvolvimento sustentável. (ALMEIDA, 2002).

Amartya Sen (2000) defende a concepção de desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, o “desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.” (SEN, 2000, p. 29).

O progresso científico, segundo o filósofo alemão Hans Jonas transformou a humanidade em uma espécie de “Prometeu irresistivelmente descontrolado”, pois sua já enorme capacidade de ação sobre o meio ambiente continua a aumentar, e em contrapartida há uma diminuição cada vez maior das regras de controle dessa ação sobre o meio ambiente. Ciência e tecnologia deram à razão um poder desmedido, mas fizeram isso numa condição de profundo “vazio ético”, produzido pela própria razão moderna (MANCINI, AIMONE e CATALANI, 2000).

A degradação do meio ambiente é sem dúvida, o melhor exemplo da utilização da ciência e da tecnologia pelo homem para o crescimento

econômico, sem uma prévia consideração dos efeitos sobre as condições de vida no longo prazo (MANCINI *et al*, 2000). Essa vertente teórica que está buscando alternativas para um desenvolvimento sustentável e um equilíbrio entre organização produtiva, homem e natureza, tem como uma de suas referências o intelectual Ignacy Sachs.

O crescimento por si só não garante o desenvolvimento e, neste sentido, Sachs (2004, p. 71), afirma que “o crescimento pode estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes”. “A economia capitalista é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens (riquezas), porém ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais” (SACHS, 2004, p. 41).

Para Sachs (2008), a igualdade, a equidade e a solidariedade devem estar inclusas no conceito de desenvolvimento. Desta forma, seria possível ter uma sociedade menos egoísta e menos competitiva, que não vise somente o lucro buscado a todo custo, o que resulta em exploração humana e ambiental.

Sachs afirma que o processo de desenvolvimento deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável. A partir disso, ele apresenta oito dimensões que precisam ser atendidas pelo processo de desenvolvimento: (1) social, (2) cultural, (3) ecológico, (4) ambiental, (5) territorial, (6) econômico, (7) político (nacional) e (8) político (internacional) (SACHS, 2009)

Essas dimensões podem ser classificadas em três grupos: o social, que abrange as dimensões 1 e 2; o ambiental que abrange a dimensão 3, 4 e 5; e o econômico com as dimensões 6, 7 e 8. O social aparece em primeiro lugar, pois ocupa o domínio da própria finalidade do desenvolvimento, o econômico é o último, pois se referem a um domínio instrumental, enquanto o ambiental é intermediário, ocupando ambos os domínios (SACHS, 2009).

Quadro 1 – Dimensões do Desenvolvimento Sustentável – Ignacy Sachs

Social	que se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	referente a mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação), capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas) e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
Ecológica	relacionada à preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público), melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômica	desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
Política (Nacional)	democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
Política (Internacional)	baseada na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de Co desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Ignacy Sachs (2002, p. 85-89).

A partir da leitura dessas dimensões, pode-se identificar que Sachs busca o desenvolvimento dentro de uma nova proposta, enfatizando os modelos locais, em particular as zonas rurais, valorizando as pessoas, os costumes, saberes. Fica evidente que há uma visão mais holística dos problemas da sociedade, focando nos aspectos econômicos, sociais e ambientais (NASCIMENTO e DENARDIN, 2015).

O desenvolvimento, segundo Polanyi (2012) é um processo que engloba um conjunto de indicadores sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos, que interagem entre si, dessa forma, os problemas econômicos devem ser resolvidos através de uma transformação social e cultural, que transcende apenas o domínio econômico. Sachs, da mesma forma, entende que o desenvolvimento só ocorre quando todos esses indicadores, que ele chama de dimensões se dão num processo simultâneo.

Sachs (1992) afirma que “a teoria de Polanyi oferece um apoio sólido à crítica do reducionismo economicista e à introdução de juízos de valor qualitativos que autorizem a distinção entre desenvolvimento e mal desenvolvimento” (SACHS, 1992, p. 13). Tanto Polanyi,

quanto Sachs propõem uma nova perspectiva para o equilíbrio entre homem, natureza e organização produtiva, que as instituições sociais determinem as relações econômicas e a natureza volte a ocupar seu lugar de direito, associada ao ser humano e mantenedora de sua subsistência (NASCIMENTO e DENARDIN, 2015).

Outro aspecto enfatizado por Sachs (2002) dentro das oito dimensões, refere-se a dinâmica territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, pois os mercados globais desconsideram as especificidades de cada território.

Até a década de 80, pensava-se o desenvolvimento econômico a partir de palavras-chave como: progresso material, modernização tecnológica e industrialização. A partir desse período, a expressão desenvolvimento territorial passou a ganhar expressão e o desenvolvimento passou a ser visto também como fruto de dinâmicas regional e local (RODRIGUES e SANTOS, 2018).

Desenvolvimento Territorial Sustentável

Segundo Saquet (2003 [2001], 2002 [1996], 2009 e 2011), a essência do conceito de território está nas relações sociais e mediações entre a natureza e a sociedade. A base de construção de cada território encontra-se nas relações territoriais, centradas nas atuações dos homens. O território é formado, material e imaterialmente, por sujeitos, grupos, classes sociais que se encontram em constante interação e conflito em diferentes escalas espaciais (ALVES e SAQUET, 2014 *apud* MAGNAGHI, 2000, p. 50; BERTONCIN e PASE, 2006, p. 7; tradução livre).

Haesbaert (2008), também conceitua território como material (terra) e imaterial (terror), ou seja, é materialmente vinculado ao espaço geográfico e imaterialmente às relações humanas que ocorrem nesse espaço. Saquet (2009) discute que no território existem interações econômicas, políticas e naturais, e o espaço (material) e as relações (imaterial) são apresentados de forma híbrida (NASCIMENTO E DENARDIN, 2015).

Para Saquet (2007) “o território é resultado da interação sociedade-natureza e, assim, a natureza pode ser entendida como patrimônio territorial, uma vez que o homem não somente necessita da identificação e apropriação da natureza, mas, depende da preservação da mesma para garantir sua reprodução biológica e social” (COLASANTE, 2016). “O homem é natureza. Natureza que pensa, luta, produz. A sociedade não está separada da natureza” (ALVES E SAQUET, 2014, p. 579).

Há uma síntese dialética do social e do natural, entre o homem-natureza e o homem-sociedade, uma interdependência contínua e efetiva, portanto, a natureza exterior a nossos corpos precisa ser gerida com responsabilidade, protegida e utilizada conforme suas

características em cada estabelecimento rural e urbano, em cada local, em cada território, como ocorre na produção agroecológica, por exemplo. (ALVES E SAQUET, 2014, p. 579).

Em relação ao mercado, Alves e Saquet (2014), afirmam que quando há transição de uma agricultura voltada para subsistência e venda de excedentes a mercados locais e restritos para o mercado de *commodities*, agroindústrias e integradoras, os agricultores familiares passam a enfrentar uma competição que quase nunca é favorável a eles [...] clima, poucos recursos financeiros, pequenas propriedades, ausência de assistência técnica e de políticas públicas etc., além das instabilidades e disputas inerentes às economias de mercado [...] (ALVES E SAQUET, 2014). Nesse sentido, as cooperativas (solidárias), podem ser alternativas para colocar os agricultores em uma condição mais favorável, são formas de cooperação e associação que variam de modelos de organização que podem beneficiar os atores em seus projetos de desenvolvimento.

Para Saquet *et al* (2005, p.13), “o objetivo principal da agricultura alternativa é a formação e manutenção de um equilíbrio ecológico nas áreas agrícolas produtivas e gerar uma independência dos recursos externos de produção”.

A partir do enfoque no desenvolvimento territorial, abordado pelos autores acima, identifica-se um espaço que deixa de ser um lugar onde apenas acontecem as atividades econômicas. O espaço passa a ser um agente de transformação social e a sociedade local protagonista (ator) nesse processo de transformação. A abordagem de desenvolvimento territorial deixa de ser um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico e passar a ser um projeto integrado ao plano econômico, político, social, cultural e ambiental (RODRIGUES e SANTOS, 2018). Também enfatiza o aspecto ambiental, ao afirmar que depende da preservação da natureza para sua reprodução biológica e social.

Ao se considerar o território a partir dos conceitos apresentados por Haesbaert (2008) e Saquet (2009), relacionado a teoria de Polanyi, identifica-se que o mercado tem como objetivo a mercantilização do território, e não considera seus aspectos ambientais e sociais. Considerar a dinâmica territorial, a partir de um modelo de desenvolvimento, como proposto por Sachs (2002) ou Polanyi (2012), significa entender que as instituições que existem nesse território vão construindo seus projetos de desenvolvimento a partir de suas interações sociais, ambientais e econômicas.

Para pensar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, deve-se pensar nas dinâmicas territoriais a partir de suas integrações sociais, ambientais e econômicas, buscando explorar suas potencialidades e com

participação de todos os atores sociais “construir parcerias entre atores do Estado, do mercado e da sociedade para elaboração de estratégias eficientes e eficazes para os territórios” (RODRIGUES e SANTOS, 2018). O “desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.” (SEN, 2000, pg. 29).

Nesse sentido, ao refletir sobre as dinâmicas territoriais, não se pode deixar de pensar que homem, natureza e organização não devem ser separados. A falácia economicista, desenraizada da sociedade, de que fala Polanyi (2012), propõe a separação daquilo que não se pode empiricamente separar, ou seja, homem, natureza e organização produtiva. Isso, significa dizer, que o homem deve ter o trabalho como subsistência e não ser motivado pela fome ou desejo do lucro, a organização produtiva deve ter valor de uso e não ser considerada uma simples mercadoria, e a natureza precisa ser altamente sustentável (POLANYI, 2012).

Karl Polanyi (2012) afirma que existe uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Atualmente a economia mercantil é o modo de produção dominante, mas não representa a totalidade das economias contemporâneas. Ao seu lado, existe a economia pública, a economia doméstica e a economia de natureza social, o que falta neste contexto é o reconhecimento/fortalecimento da pluralidade, para gerar uma reestruturação social.

Nas últimas décadas, as discussões acerca da economia plural vêm ganhando espaço. Na década de 1990 em um evento promovido pela *Organisation de Coopération et de Développement Économiques* (OCDE), a economia plural é “apresentada” como uma economia melhor adaptada à realidade social. Em contexto geral, a intenção da perspectiva plural é ampliar o olhar sobre o econômico, para além de uma visão dominante que reduz seu significado à ideia de economia de mercado (RODRIGUES E SANTOS, 2017).

A diversidade das atividades econômicas faz com que aumentem as economias derivadas da disponibilidade de mercado que compartilham recursos e fatores produtivos, bem como da redução dos custos de transação, da maior diferenciação de matérias-primas e produtos acabados e da redução da instabilidade nos mercados (QUIGLEY, 1998 *apud* BARQUEIRO, 2001, p 155).

Para Polanyi (2012), o que pode fazer a diferença é a ação dos pequenos e médios empreendimentos, por promoverem a diversificação do mercado oferecendo oportunidade e diminuindo a ação dominante do mercado sob a sociedade.³

3 A conclusão que Polanyi chega é que no contexto geral, o problema da indústria (do mercado) se resolveria pela ação planejada do Estado como também pela ação dos próprios produtores e consumidores. E que esse esforço só terá êxito se for disciplinado por uma visão global do homem e da sociedade que seja muito diferente da que foi herdada da economia de mercado (RODRIGUES E SANTOS, 2017 *apud* POLANYI, 2012).

Discussão

Karl Polanyi traz importante contribuição para os estudos do desenvolvimento territorial sustentável na forma como ele interpreta a sociedade na economia de mercado, buscando desfazer a falácia economicista que separa homem, natureza e organização produtiva, e segundo Araújo (2009), conseguiu redescobrir o homem como ser social. O Quadro 2 apresenta os principais elementos teóricos abordados no decorrer do texto que expressam a percepção dos autores, com base nas variáveis social, ambiental e econômica, em relação ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento, num primeiro plano, e em seguida, sobre o desenvolvimento sustentável.

Quadro 2: **Quadro comparativo das perspectivas de Ignacy Sachs, Karl Polanyi e Marcos Saquet sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável.**

DESENVOLVIMENTO (crescimento econômico)			
	Social	Ambiental	Econômico
Ignacy Sachs	Desigualdade social, desemprego e pobreza.	Degradação do meio ambiente	Crescimento acelerado, sem limites, visando somente o lucro.
Karl Polanyi	Homem: Força de trabalho utilizada para produção de bens e consumo	Natureza: Fonte de recursos materiais para produção e consumo	Organização produtiva: Mercado que regula a sociedade (reducionismo economicista)
Marcos Saquet	Dependência do mercado	Desequilíbrio ecológico, destruição do meio ambiente.	Mercantilização do território
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
	Social	Ambiental	Econômico
Ignacy Sachs	Desenvolvimento deve gerar igualdade, equidade e solidariedade (bem-estar social). SOCIALMENTE INCLUDENTE	Desenvolvimento deve considerar a preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis. AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL	Processo de desenvolvimento que não vise somente o lucro, deve ser contínuo e sustentável. ECONOMICAMENTE VIÁVEL
Karl Polanyi	Homem é um ser social, deve ser o sujeito das construções no seu meio.	A natureza e vida formam um todo articulado. O homem necessita da natureza para sua subsistência e deve preservá-la.	Pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas (economia pública, a economia doméstica e a economia de natureza social)
Marcos Saquet	Sociedade local = atores nos processos de transformação	Natureza: preservação, pois é espaço para reprodução biológica e social.	Projetos de desenvolvimento integrado ao plano econômico, político, social, cultural e ambiental

Fonte: KARL POLANYI (1886-1964), SACHS (2002), SAQUET (2009), NASCIMENTO E DENARDIN (2015), adaptado pelos autores.

Dentro da perspectiva de um desenvolvimento sustentável deve-se considerar a dinâmica das integrações sociais, dentro do território, que pode ser local ou global, mas onde a domesticidade, reciprocidade,

redistribuição e troca (POLANYI, 2000; 2012) devem coexistem, mesmo que em determinados territórios, uma delas prevaleça sobre a outra. A ação do Estado e suas políticas públicas, segundo Polanyi (2012) são necessárias para que esse desenvolvimento aconteça.

A abordagem de um desenvolvimento territorial sustentável deve levar em consideração um projeto que agregue o crescimento econômico, sem colocar em risco a natureza e as relações sociais, deve ser um projeto que busca a transformação social.

Considerações Finais

Nesse artigo buscou-se um diálogo entre a teoria de Karl Polanyi e os autores do território e desenvolvimento e fez-se uma tentativa de lançar um olhar sobre os aspectos sociais, econômicos e ambientais das estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Como o território possui uma dinâmica nas suas integrações sociais, a reciprocidade, a redistribuição, o mercado e a troca, podem coexistir, e assim, ao proporcionar essa diversificação de mercado, oferecer oportunidades aos pequenos e médios empreendimentos. É sobre isso que Polanyi chama a atenção, quando afirma que a ideia de homem, natureza e organização produtiva pode prevalecer, em contraponto a ideia de trabalho, terra e dinheiro, como mercadorias, mesmo em uma economia de mercado, e devem ter como base valores como solidariedade, cooperação, autonomia, ajuda mútua, buscando um desenvolvimento territorial sustentável.

Pode-se concluir que as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável vão se consolidar quando ocorrerem as mudanças das estruturas econômicas e políticas, na busca de uma nova ordem social. Por isso, a necessidade da construção de instituições democráticas que tenham papel atuante na sociedade, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, os atores do desenvolvimento (uma outra racionalidade dos indivíduos).

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais**. Tempo Social, São Paulo, vol. 16, nº 02, 2004, p. 35-64.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002. 192p.

ALVES, A. SAQUET, M.A. **experiências de desenvolvimento territorial em confronto**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr., 2014.

ARAÚJO, P. H. F. **Polanyi e Granovetter a partir do olhar de Lukács**. Revista Econômica – Niterói - RJ, v.17, n.1, p. 113-131, 2015.

BARQUERO, V. A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BERTONCIN, M.; PASE, A. Introduzione - Il territorio non è un asino. In: BERTONCIN, M. e PASE, A. (Org.). **Il territorio non è un asino**. Voci di attori deboli. Milão: Franco Angeli, p. 7-20, 2006.

BOFF, L. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis, Vozes, 2003.

COLASANTE, T. **o processo de reterritorialização dos gaúchos no norte do paraná: a construção de uma identidade territorial**. 2016. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FERNANDES, V. **A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo**. CADERNOS EBAPE.BR. v. 6, nº 3, p.01-20, set. 2008.

GLIESSMAN SR. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS. 2005. 653 P.

HAESBAERT, R. **Sociedades biopolíticas de insegurança e descontrole dos territórios**. In: OLIVEIRA, M. et al. (orgs.). O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

HODGSON, G. M. **Economics and utopia: why the learning economy is not the end of history**. London: Routledge, 1999.

KISCHENER, M.A. PERONDI, M.A. MONTEIRO, M.A. BATISTELA, E.M. BORGES, R.T. KISCHENER, R. **A contribuição de Polanyi na compreensão do processo de mercantilização da sociedade rural**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v.17, n.31 p. 206-217, jan-jun.2015.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

MANCINI, R. AIMONE, F.; CATALANI, A. **Éticas da mundialidade: o nascimento de uma consciência planetária**. São Paulo: Paulinas, 2000.

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

NASCIMENTO, E.C.; DENARDIN, V.F. **Desenvolvimento Territorial Sustentável: reflexões a partir da teoria de Karl Polanyi**. VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar. UNISUL, FLORIANÓPOLIS – SC, 26 a 28/05/2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **The livelihood of man**. London: Academic Press, 1977b.

_____. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Ed.). **Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos**. Capítulo XIII, p.289-316. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REIS, E. P. **As ciências sociais e o bug do milênio.** RBCS, v 14, n. 39, p. 5-11, fev. 1999.

RODRIGUES, W. SANTOS, N.S. **Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local?** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE Salvador, BA - Ano XIX – V. 1 - N. 36. – P. 168 – 190, 2017.

_____. **Desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise a partir da concepção teórica de Karl Polanyi.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 119-135, jan./mar. 2018.

SACHS, I. **Eco desenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Entre Polanyi e Von Hayek.** Trad. Danielle Ardaillon. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 12, nº 2, abr./jun., 1992.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: ideias sustentáveis.** Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAQUET, M. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre: EST Edições, 2002 [1996].

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST Edições, 2003 [2001].

SAQUET, A; LUBECK, G; SAQUET, M e GRIGOLO, S. **Agricultura ecológica e ensino superior: contribuições ao debate.** Francisco Beltrão: Grafit, 2005.

_____. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade.** Geosul, v.22, n.43, 2007b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>>. Acesso em: 28 jun 2018.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai/ago.2011, p.180-219.

SILVA, F. A. G., CALAZANS, D.L.M e S; GONZALEZ, J.M.R; SOUZA, W.J. **Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado de Cruz (Currais Novos/RN)**. RECADM, Campo Largo, v. 10, n. 2, jul./dez., 2011, p. 93-106.

TERRITORY, DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY

Abstract

This article aims to present a reflection on development, territory and sustainability from the contributions of Karl Polanyi (1886-1964) and a set of authors that deal with the themes addressed: Sustainable Development (SACHS, 2002), Territoriality (HAESBAERT, 2008 and SAQUET, 2009, in the search for sustainable territorial development. The methodological approach of this article is a theoretical discussion about Karl Polanyi's theory, rescuing the contribution of this author and contemporary authors that deal with territoriality, development and sustainability for the understanding. It can be concluded that sustainable territorial development strategies will be consolidated when changes in economic and political structures occur in the search for a new social order. active role in society and, as mediating instances between socioeconomic structures and individuals, the actors of development (another rationality of individuals).

Keywords: territory, development, Karl Polanyi, sustainability.

TERRITORIO, DESARROLLO Y SOSTENIBILIDAD

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar una reflexión sobre el desarrollo, el territorio y la sostenibilidad a partir de las contribuciones de Karl Polanyi (1886-1964) y un conjunto de autores que abordan los temas abordados: Desarrollo sostenible (SACHS, 2002), Territorialidad (HAESBAERT, 2008 y SAQUET, 2009, en la búsqueda del desarrollo territorial sostenible. El enfoque metodológico de este artículo es una discusión teórica sobre la teoría de Karl Polanyi, rescatando la contribución de este autor y autores contemporáneos que abordan la territorialidad, el desarrollo y la sostenibilidad para la comprensión. Se puede concluir que las estrategias de desarrollo territorial sostenible se consolidarán cuando ocurran cambios en las estructuras económicas y políticas en la búsqueda de un nuevo orden social. papel activo en la sociedad y, como instancias mediadoras entre las estructuras socioeconómicas y los individuos, los actores del desarrollo (otra racionalidad de los individuos).

Palabras clave: territorio, desarrollo, Karl Polanyi, sostenibilidad.